



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 027/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 1853/2009 – 20 volumes.**

**Apenso:** Processo nº 584/2009 – 3 volumes.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

**4- Exercício:** 2008.

**5- Responsável:** Sr. Mamoud Amed Filho, Prefeito Municipal à época.

**6- Unidade Técnica:** Informação n. 1094/2014/C.I./DICAMI (fls. 3956/3957).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n. 1747/2014-MP-RMAM (fls. 3951/3952), do Procurador de Contas Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça.

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2008.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação, com ressalvas, das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO**, nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como o art. 31, §2º da Constituição Federal, recomendando à Câmara Municipal de Itacoatiara a **aprovação, com ressalvas, das Contas do Município**, conforme o disposto no art. 223, da Resolução nº 04/2002 c/c o artigo 3º, inciso II, da Resolução n. 9/1997 – TCE/AM.

**10- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 03 de junho de 2015.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 027/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por RAIMUNDO JOSÉ MICHILES.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: A5B7D7DC-E0B3840E-3B08FB08-B2FA19A6



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 027/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 027/2015)

**1- Processo TCE nº 1853/2009 – 20 volumes.**

**Apenso:** Processo nº 584/2009 – 3 volumes.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

**4- Exercício:** 2008.

**5- Responsável:** Sr. Mamoud Amed Filho, Prefeito Municipal à época.

**6- Unidade Técnica:** Informação n. 1094/2014/C.I./DICAMI (fls. 3956/3957).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n. 1747/2014-MP-RMAM (fls. 3951/3952), do Procurador de Contas Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça.

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2008.

*Contas regulares com ressalvas. Determinações ao responsável e ao atual gestor do Município. Determinações à próxima Comissão de Inspeção. Quitação ao responsável.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1 - JULGAR REGULAR, COM RESSALVAS**, a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, que tem como responsável o Senhor Mamoud Amed Filho, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM;

**9.2 – Fazer** ao responsável à época (Senhor Mamoud Amed Filho) e ao atual Gestor, as seguintes **determinações**:

- a) Providencie a criação do Controle Interno do Município implementando ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, em obediência aos comandos constitucionais e legais;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 027/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 027/2015)**

- b) Observe de forma adequada o disposto no artigo 95 e 96, da Lei nº 4.320/64, que determina a necessidade do registro sintético dos materiais da Prefeitura Municipal de Itacoatiara;
- c) Evite possíveis divergências e/ou alimentação incorreta nas informações alimentadas no Sistema Auditor/ ACP do TCE/AM, observando com rigor os dispositivos constantes na Resolução n. 7/2002 – TCE/AM;
- d) Evidencie o execução dos créditos registrados no Ativo Permanente, no Balanço Patrimonial;
- e) Observe com rigor o teor da Súmula Vinculante n. 13 – STF, devendo ser extinta qualquer prática de nepotismo, caso esta exista;
- f) Envie os contratos temporários listados às fls. 3142/3146 para análise e apreciação do setor competente, nos termos da Resolução n. 4/96 – TCE/AM, ressaltando que essas contratações devem estar sujeitas ao exame apartado das Contas, conforme determina o teor das Resoluções n. 04/1996 e 04/2002 – TCE/AM;
- g) Evite divergência no saldo de conciliação bancária; e,
- h) Observe atentamente as determinações constantes na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 8.666/93.

**9.3 – Determinar à próxima Comissão de Inspeção** da Prefeitura Municipal de Itacoatiara o que segue:

- a) Verifique se foi implementada ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno no Município, em obediência aos comandos constitucionais e legais;
- b) Verifique se o Gestor observou de forma adequada o disposto no artigo 95 e 96, da Lei nº 4.320/64, que determina a necessidade do registro sintético dos materiais;
- c) Avalie se houve a observância do Princípio da Universalidade, nos termos do artigo 165, §5º, da Constituição Federal; e,
- d) Observe com maior rigor as regras previstas na Lei n.º 8.666/1993.

**9.4 - Dar quitação ao responsável**, Senhor Mamoud Amed Filho, Prefeito Municipal de Itacoatiara à época da presente Prestação de Contas, com fulcro no art. 24, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 027/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 027/2015)**

**10- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 03 de junho de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**12.1 – Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por RAIMUNDO JOSÉ MICHILES.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: A5B7D1DC-E0B3840E-3B08FB08-B2FA19A6